ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL

RELATÓRIO E CONTAS | ÉPOCA 2022.2023

RELATÓRIO E CONTAS DA AAC/OAF

Senhores Associados,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 30 de Junho de 2023, correspondente à época desportiva 2022/2023.

1 – INTRODUÇÃO

A AAC/OAF manteve a linha estratégica implementada em termos organizacionais, a qual tinha como pilares base a contenção de gastos, com vista à redução do Passivo e a rentabilização máxima dos Proveitos.

Analisando a época desportiva 2022.2023, e, levando em consideração a situação difícil que a sua participada AAC/OAF Sduq, Ldª., vive, tendo sido implementado um plano de recuperação resultante da insolvência, tal fato teve um impacto direto nas contas apresentadas.

Não obstante e, de acordo com os princípios instituídos, no sentido de obter o maior rigor e exatidão na apresentação das Contas do exercício em análise, foram os mesmos respeitados no presente Relatório.

2 – EVOLUÇÃO DAS CONTAS NO PERÍODO EM ANÁLISE - 1.JULHO.2022 a 30.JUNHO.2023

Em termos globais, verifica-se que o **Ativo Líquido**, totalizando cerca de 2,4M no final do período regista uma variação negativa de cerca de 23% em relação à época anterior, resultando das seguintes situações:

No que aos **Ativos Tangíveis** da Instituição diz respeito, regista um decréscimo de cerca de 11%, resultante da política de depreciações adotada.

A rubrica **Clientes** em Ativo Corrente, regista um decréscimo de cerca de 51% em relação à época transata.

Analisando a rubrica **Outros Créditos a Receber**, verifica-se um decréscimo de cerca de 47%, comparativamente à época anterior para o qual contribuiu essencialmente a regularização de diferimentos efetuados em épocas anteriores, diretamente ligadas com a SDUQ e, cujo plano de recuperação a isso também obrigou.

Quanto ao **Passivo Geral**, que no período se cifrou em 4,58 M€, apresentou um acréscimo de cerca de 1,17% em relação ao período anterior, que resulta essencialmente das rubricas de Fornecedores, Financiamentos Obtidos e de Estado e Outros Entes Públicos.

A rubrica **"Outras Dividas a Pagar"** engloba entre outros o registo dos acréscimos contabilísticos efetuados no procedimento de encerramento de contas.

Por diferença entre o ativo e o passivo resulta um **Capital Próprio** negativo de 2.1 M€ apresentando um agravamento de cerca de -767M€ em comparação com o Capital Próprio apresentado no exercício anterior.

3 – RENDIMENTOS E GASTOS

Na Estrutura de Rendimentos e Gastos iremos analisar as rubricas com maior impacto nas contas apresentadas, como segue:

A rubrica **Gastos com o Pessoal** regista o montante de 102.668,73€ incorpora todos os gastos efetivos com o Pessoal, apresentando uma diminuição de 92 m€ (47%) em relação ao período anterior e, está diretamente ligado ao final do vínculo de alguns trabalhadores.

Os diversos **Fornecimentos e Serviços Externos** representam cerca de 17% dos rendimentos obtidos, tendo diminuído cerca de 21% em comparação com o exercício anterior.

Quanto aos **Gastos de Financiamentos** representam cerca de 5% dos rendimentos obtidos essencialmente decorrentes de juros relacionados com os financiamentos contraídos durante o período.

A rubrica Outros **Rendimentos** regista o montante de 1.844.596,08€ (85% dos rendimentos) e tem origem nos proveitos obtidos no arrendamento de espaços que a entidade detém, na organização e rentabilização do evento dos Coldplay, de publicidade e ainda pela contabilização da diferença entre o saldo da SDUQ e o apresentado pelos registos contabilísticos e o valor apresentado para reconhecimento do crédito no processo de insolvência.

4 – RESULTADOS

Do exposto salienta-se o **Resultado Líquido do Período**, após impostos, de -562.864,57€.

Não foram aqui contabilizadas situações pendentes que opõem a AAC/OAF a terceiros, a favor da AAC/OAF ou em que a AAC/OAF é demandada.

Todas estas situações que não foram contabilizadas encontram-se devidamente quantificadas e divulgadas no Anexo às contas.

5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desde já manifestamos plena disponibilidade para apresentar e debater com os nossos associados todas as rubricas do presente Relatório e Contas do exercício findo em 30 de Junho de 2023, baseado no rigor e total transparência de procedimentos, cujo resultado final se traduziu num resultado líquido negativo de **-562.864,57€** propondo que seja mantido na conta de Resultados Transitados.

6 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL

Em 12 de Junho de 2023, ainda na época em análise, foi declarada a insolvência da AAC-OAF. Esta situação foi despoletada por uma penhora de um credor que tinha feito um empréstimo, em 2017, à AAC-OAF e que se encontrava em incumprimento desde 2018.

O plano de recuperação foi aprovado em Dezembro de 2023 com 79,47% de votos favoráveis, porém o processo não transitou ainda em julgado uma vez que o credor referenciado no parágrafo anterior apresentou embargos à declaração de insolvência que aguardam ainda julgamento.

Foi dada continuidade às iniciativas de redução de custos e à redução de pessoal de forma a garantir a sustentabilidade económica e financeira da AAC-OAF.

Na Academia têm sido realizadas diversas obras de recuperação e manutenção fruto do estado de degradação em que a Academia se encontrava. Recuperámos o sistema de Águas Quentes Sanitárias, instalámos a cobertura da bancada junto do campo nº1, reabilitámos os balneários afetos à formação e alguns quartos, reabilitámos a lavandaria, entre outros.

A guerra na Ucrânia e a inflação continuam a prejudicar o ambiente macroeconómico e a confiança dos agentes económicos, o que acentua os desafios.

7 – NOTA FINAL

Agradecer a todos os membros dos órgãos sociais, sem exceção, o empenho em prol do clube.

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

A Direção,

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO de 2023

(Euro)

Rubricas	Notas	Exercicio 2022/2023	
		30-06-2023	30-06-2022
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	1 060 478,93	1 184 007,68
Activos intangíveis	8	1 216,90	2 433,45
Outros Investimentos financeiros	11	132 299,04	132 299,04
		1 193 994,87	**1 318 740,17**
Activo corrente			
Inventários	9	13 529,47	23 783,67
Clientes	13	321 811,22	656 248,39
Estado e outros entes públicos	17	2 392,03	0,00
Outros creditos a receber	14	493 908,66	932 673,01
Diferimentos		1 346,47	1 265,39
Caixa e depósitos bancários	5	385 480,61	193 489,77
		1 218 468,46	**1 807 460,23**
Total do Activo		**2 412 463,33**	**3 126 200,40**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados Transitados		-3 486 260,44	1 398 491,86
Excedentes de revalorização		1 483 749,49	1 483 749,49
Ajustamentos/Outras Variações Capital Próprio		394 879,32	431 193,62
Resultado liquido do período		-562 864,57	-4 717 245,03
Total do Capital Próprio		**-2 170 496,20**	**-1 403 810,06**
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	15	331 098,23	81 340,00
Total do Passivo não Corrente		**331 098,23**	**81 340,00**
Passivo Corrente			
Fornecedores		1 527 426,63	1 326 153,89
Adiantamentos de Clientes		24 000,00	44 973,00
Estado e outros entes públicos	17	185 182,11	172 853,82
Financiamentos Obtidos	15	677 107,62	661 652,94
Outras Dividas a Pagar	16	1 484 505,11	1 698 186,82
Diferimentos	21	353 639,83	544 849,99
Total do Passivo Corrente		**4 251 861,30**	**4 448 670,46**
Total do Passivo		**4 582 959,53**	**4 530 010,46**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**2 412 463,33**	**3 126 200,40**

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direcção

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2023

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercicio 2022/2023	
		2022/2023	2021/2022
Vendas e serviços prestados	23	331 055,29	309 925,92
Subsidios à exploração		1 594,00	15 906,42
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9	-47 742,22	-24 974,95
Fornecimentos e serviços externos	18	-376 151,18	-476 199,83
Gastos com pessoal	19	-102 668,73	-195 454,59
Imparidades dividas a receber(perdas/reversões)	13	-140 978,09	-5 108 421,21
Imparidades Investimentos não depreciáveis(perdas/reversões)	12	-1 791 505,72	0,00
Outros rendimentos	23	1 844 596,08	994 476,59
Outros gastos		-22 831,17	-25 373,73
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**-304 631,74**	**-4 510 115,38**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-134 015,26	-141 521,69
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**-438 647,00**	**-4 651 637,07**
Juros e gastos similares suportados	20	-114 017,57	-65 607,96
Resultado antes de impostos		**-552 664,57**	**-4 717 245,03**
Imposto sobre rendimento do período	17	-10 200,00	0,00
Resultado liquido do período		**-562 864,57**	**-4 717 245,03**

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

O Contabilista Certificado
Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direcção

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA

ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período Findo em 30-06-2023

(Euro)

RUBRICAS	Notas	2022-2023	2021-2022
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1 540 511,33	1 206 082,28
Pagamentos a Fornecedores		-116 019,79	-227 724,86
Pagamentos ao Pessoal		-149 596,97	-149 788,85
Caixa gerada pelas operações		**1 274 894,57**	**828 568,57**
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos		-513 745,72	-60 758,35
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**761 148,85**	**767 810,22**
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		-13 550,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	-4 489,50
Outros Ativos		-764 308,97	-576 124,74
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-777 858,97**	**-580 614,24**
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		770 778,00	455 160,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		-505 419,84	-485 297,91
Juros e gastos similares		-56 657,20	-17 147,82
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**208 700,96**	**-47 285,73**
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		**191 990,84**	**139 910,25**
Efeitos das diferenças de câmbio		**0,00**	**0,00**
Caixa e seus equivalentes no início do período		**193 489,77**	**53 579,52**
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**385 480,61**	**193 489,77**

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438(OCC)

A Direcção

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N em 30 de Junho de 2023

(Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6		1 398 491,86	1 483 749,49	431 193,62	(4 717 245,03)	(1 403 810,06)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-167 507,27		(36 314,30)		-203 821,57
	7		-167 507,27	0,00	-36 314,30	0,00	-203 821,57
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	8					-562 864,57	-562 864,57
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					(562 864,57)	-766 686,14
OP. DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO							
outras Operações			(4 717 245,03)			4 717 245,03	0,00
	10		-4 717 245,03	0,00	0,00	4 717 245,03	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6+7+8+10		-3 486 260,44	1 483 749,49	394 879,32	-562 864,57	-2 170 496,20

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direção

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N-1 em 30 de Junho de 2023

(Euro)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1		1 042 440,55	1 483 749,49	467 507,92	369 474,40	3 363 172,36
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-13 423,09		(36 314,30)		-49 737,39
	2		-13 423,09	0,00	(36 314,30)	0,00	-49 737,39
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO	3					-4 717 245,03	-4 717 245,03
RESULTADO INTEGRAL	4= 2+3					(4 717 245,03)	-4 766 982,42
OP. DETENTORES CAPITAL NO PERÍODO							
outras Operações			369 474,40			(369 474,40)	0,00
	5		369 474,40	0,00	0,00	-369 474,40	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	1+2+3+5		1 398 491,86	1 483 749,49	431 193,62	-4 717 245,03	-1 403 810,06

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Direção

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2023

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, teve a sua constituição em 3 de Novembro de 1887, data da criação da Associação Académica de Coimbra, é uma pessoa colectiva de direito privado e utilidade pública, dura por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Infanta D. Maria, nº 23, em Coimbra.

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, de acordo com o referencial contabilístico Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Dec. Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 – Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição, para efeitos de registo, do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de Julho de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

4 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

4.1 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

4.2 – ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta e de acordo com o seu período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil		
Terrenos			
Edifícios	10	a	20
Equipamento básico	8	a	14
Equipamento de transporte	4	a	7
Equipamento administrativo	3	a	16
Outros ativos fixos tangíveis	8	a	20

4.3 – ACTIVOS INTANGIVEIS:

Os ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade, com vida finita, amortizados em três anos e apresentados no Balanço pelo seu valor líquido.

4.4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu custo amortizado. Sempre que há lugar a imparidade destas contas, as mesmas são estabelecidas quando se verifica evidência objetiva da impossibilidade de recebimento da totalidade dos montantes em dívida, sendo a mesma reconhecida na demonstração de resultados.

4.5 – EMPRESTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que os custos líquidos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando a taxa efetiva. Estes empréstimos estão classificados como passivo não corrente e corrente, consoante a exigibilidade de liquidação for ou não superior a 12 meses.

4.6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC) à taxa de 20% e são tributados autonomamente os encargos previstos no art. 88ª. do Código do IRC, às taxas também aí regulamentadas. Estas taxas aplicam-se aos rendimentos que não beneficiam da isenção.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos podem ser alargados ou suspensos.

A Entidade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

4.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a existência e dimensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor das unidades geradoras de caixa a que esse ativo pertence.

4.8 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor não seja conhecido são estimados.

4.9 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

4.10 – INVENTÁRIOS

As mercadorias encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os encargos associados. As saídas são calculadas de acordo com o FIFO e as imparidades tem por base artigos depreciados e não vendáveis, já que, na sua maioria, os artigos adquiridos têm inscrições alusivas à época a que respeitam, sendo de difícil venda após a conclusão da mesma.

4.11 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.12 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Existe uma probabilidade significativa de efetuar ajustamentos materiais nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, decorrente do plano de insolvência aprovado em assembleia de credores, cujo transição em julgado se encontra pendente de decisão sobre recurso apresentado por um credor.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As entradas e saídas de meios monetários, as suas origens e destinos, ocorridas durante o período de relato, estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa não havendo qualquer limitação ao seu uso nem interferência com entidades relacionadas que alterassem o seu controlo ou a sua disponibilidade.

O caixa e seus equivalentes, incluem caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

O valor inscrito no Balanço é constituído por dinheiro e depósitos bancários e é imediatamente realizável e sem risco de flutuações de valor, conforme se demonstra:

	2021-2022	2022-2023
Caixa	2356	2 847
Depósitos à ordem	191134	382 634
Outros Depósitos Bancários	0	0
Total Balanço	**193,490**	**385 480**
Descobertos bancários	-3.743	-1.279

6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2023, foram registados valores na conta resultados transitados por respeitarem a épocas anteriores, os quais decorrem de documentos não considerados na especialização efetuada em exercícios anteriores, conforme mapa a seguir discriminado:

DF 2021/2022	Valor aprovado	Ajustamentos	Valor Final
Balanço:			
Resultado Líquido do Exercício	-4 704 770,15	-12 474,88	-4 717 245,03
Demonstração de Resultados:			
FSE	-464 705,01	-11 494,82	-476 199,83
Gastos c/ Pessoal	-195 148,89	-305,70	-195 454,59
Outros Gastos	24 021,99	-1 351,74	-25 373,73
Outros Rendimentos Época 2021/2022	993 799,21	677,38	994 476,59

7 – ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS

Os ativos fixos tangíveis podem ser analisados pelos mapas que se seguem:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Equip. básico	Equip. transp.	Equip. adm.	Outros AFT	AFT em Curso	TOTAL
Valor bruto no início	261 171	6 031 711	381 489	78 091	319 300	374 104	0	7 445 866
Total de aumentos								0
Total de diminuições								0
Depreciações do período		132 881	2 300		2 411	2 713		140 305
Depreciações acumuladas		5 125 906	372 632	78 091	319 050	366 179	0	6 261 858
Saldo no início do período	**261 171**	**905 805**	**8 857**	**0**	**250**	**7 925**	**0**	**1 184 008**
Total de aumentos		4 623	2 647		2 000			9 270
Total de diminuições								0
Depreciações do período		128 015	2 784		250	1 750		132 799
Outras transferências							0	0
Saldo no fim do período	**261 171**	**782 413**	**8 719**	**0**	**2 000**	**6 175**	**0**	**1 060 479**

As revalorizações efectuadas podem ser analisadas através do mapa que se segue:

Descrição	Custo Histórico	Revalorização	Valor Contabilizado
Terrenos	39,904	221,267	261,171
Totais	**39,904**	**221,267**	**261,171**

Para garantia das situações descritas nas notas **24.4** e **24.5** foi voluntariamente constituída a penhora do prédio sito na Rua Infanta D. Maria, correspondente ao pavilhão gimnodesportivo, designado "Pavilhão Jorge Anjinho", inscrito na matriz urbana da freguesia de Santo António dos Olivais, sob o nº 7288, situação que advém do ano 2001.
À data do encerramento de contas encontram-se constituídas hipotecas voluntárias para todos os processos em curso e de financiamentos obtidos, da AAC/OAF e SDUQ, no montante total de 4.702.329,93€.

8 – ACTIVOS INTANGIVEIS

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição da plataforma da loja on-line e ao desenvolvimento do site da AAC/OAF , cujos movimentos podem ser analisados pelo mapa que se segue:

Descrição	Programas computador
Valor bruto no início	**5 150**
Total de aumentos	0
Total de diminuições	0
Depreciações do período	1 217
Depreciações acumuladas	2 717
Saldo no início do período	**2 433**
Total de aumentos	0
Total de diminuições	0
Depreciações do período	1 217
Outras transferências	0
Saldo no fim do período	**1 217**

9 – INVENTARIOS

O movimento nesta rubrica pode ser analisado pelo quadro que se segue:

Designação	Valores a 30-06-2022	Valores a 30-06-2023
Existências iniciais		
Mercadorias	53 608	50 651
Matérias Primas	0	0
Compras		
Mercadorias	22 022	37 488
Matérias Primas	0	0
Existência finais		0
Mercadorias	50 651	40 397
Matérias Primas	0	0
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	**24 979**	**47 742**
Imparidades em Existências	-26 867	-26 867
Existências no balanço	**23 784**	**13 529**

10 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

METODO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL

Empresas	Sede	% Detida	V. Aquisição
Académica de Coimbra – Futebol SDUQ Unipessoal, Ldª.	Coimbra	100,00%	500,000

Variações ocorridas no exercício	
Saldo Inicial	**0.00**
Aumento de Capital	0,00
Redução de Capital	0,00
Ajustamentos do MEP	0,00
Saldo Final	0.00

11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os Outros Investimentos Financeiros englobam as participações financeiras mensuradas pelo seu custo conforme a seguir se demonstra:

Entidades	2020-2021	2021-2022
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	500	500
Totais	**500**	**500**

Empresas	Sede	% Detida	V. Aquisição
Procac, S.A.	Coimbra	65.29%	131,799

De referir ainda uma participação na entidade SAPP, Ldª., no montante de 3.000,00€, sobre a qual incide uma imparidade de igual montante, pelo que, sendo o seu valor atual igual a zero, não é aqui apresentada.

12 – PARTES RELACIONADAS

Os saldos e movimentos entre as partes relacionadas podem ser analisados pelo quadro que se segue:

Rubricas	PROCAC	SDUQ
Outros Devedores e Credores	-308,991	0

Transações entre as partes		
Prestações de Serviços	**2021-2022**	**2022-2023**
SDUQ	60	60
Financiamentos	0	6 548 318
Imparidades	0	-6 548 318

Nesta rubrica, importa salientar, que face à insolvência da SDUQ e consequente impossibilidade de regularização dos valores decorrentes da atividade, procedeu-se à reclassificação outras dividas a receber para investimentos financeiros de acordo com o teor da decisão homologada judicialmente do mesmo ser convertido em prestações suplementares. Importa ainda referir que foi registado um reforço da imparidade do valor convertido em investimentos financeiros no montante de 1.791.505,72€.

13 – CLIENTES

Clientes	2021-2022	2022-2023
Clientes c/c	656 248	321 811
Clientes c/ títulos a pagar	0	0
Clientes cobrança duvidosa	1 261 678	1 402 656
Imparidades de clientes	-1 261 678	-1 402 656
Totais	**656 248**	**321 811**

No período foi reconhecida uma imparidade na Demonstração de Resultados no montante de 140.978,09€.

14 – OUTROS CREDITOS A RECEBER

Outros Créditos a Receber	2021-2022	2022-2023
Acréscimo de Proveitos	786 042	139 439
Outros devedores	34 879	224 310
Saldos devedores fornecedores	104 020	115 187
Adiantamentos ao pessoal	7731	14 973
	932 673	493 909

15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos podem ser analisados pelo mapa que se segue, estão integralmente valorizados em euros e vencem juros a taxas de mercado.

Corrente	2021-2022	2022-2023
Empréstimos bancários	265 351	283 448
Descobertos bancários	3 747	1 279
Outros Financiamentos	392 554	392 380
Totais	**661 652**	**677 108**
Não corrente	**2020-2021**	**2022-2023**
Empréstimos bancários	81 340	331 098

16 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Outras dividas a pagar	2021-2022	2022-2023
Fornec. Investimentos	48 339	15 713
Acréscimos de gastos	637 293	608 922
Outros credores	1 012 556	859 871
Totais	**1 698 187**	**1 484 505**

17 – ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Estado e Outros Entes Públicos	2021-2022	2022-2023
Ativo		
IVA a recuperar	0	2 392
Passivo Corrente		
IRC a liquidar	100 055	110 255
IRS - Trabalho dependente/independente	9 108	14 950
IVA	6 839	2 098
Segurança Social	56 853	57 880
	172 854	**185 182**

18 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	2021-2022	2022-2023
Trabalhos especializados	83 520	55 243
Vigilância e segurança	85	342
Honorários	22 033	20 036
Comissões	9 051	7 380
Conservação e reparação	9 846	9 168
Ferramentas e utensílios	158	256
Material de escritório	533	2 706
Artigos para oferta	414	2 689
Eletricidade	174 385	101 364
Combustíveis	21 808	19 701
Água	62 293	73 631
Deslocações e estadas	7 171	10 243
Rendas e alugueres	9 526	6 606
Comunicação	10 438	9 020
Seguros	13 129	15 849
Contencioso e notariado	1 438	383
Limpeza, higiene e conforto	33 929	5 248
Outros	16 444	36 286
Totais	**476 200**	**376 151**

19 – GASTOS COM O PESSOAL

Gastos com Pessoal	2021-2022	2022-2023
Salários	154 441	73 181
Contribuições	33 130	15 722
Outros	7 884	13 765
Totais	**195 455**	**102 669**

O número médio de empregados ao serviço da Associação, no exercício, foi de:

Pessoal ao serviço	4

20 – GASTOS FINANCEIROS LIQUIDOS

Gastos Financeiros	2021-2022	2022-2023
Juros e gastos similares suportados	62 122	56 657
Juros de mora e compensatórios	3 486	57 360
Juros obtidos	0	0
Totais	**65 608**	**114 018**

21 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

Diferimentos	2021-2022	2022-2023
Quotas	66 651	53 296
Rendas Diferidas	430 888	283 015
Outros	47 311	17 329
Totais	**544 850**	**353 640**

22 – CONTINGÊNCIAS

A AAC/OAF tem responsabilidades por garantias prestadas pelos bancos e montantes que a seguir se mencionam, bem como os seus beneficiários, conforme:

Beneficiários	Banco emissor	Valor
Camara Municipal de Coimbra	MG	5,200
Total das garantias		**5,200**

23 – REDITO

	2021-2022	2022-2023
Vendas	59 188	78 439
Prestações de serviços:	**250 737**	**252 617**
Quotas	236 357	196 861
Prestações de serviços	5 500	618
Outras Prestações de serviços	8 880	55 138
Outros Rendimentos e Ganhos	**994 477**	**1 844 596**
Publicidade	153 919	23 215
Alugueres/Cessões Exploração	785 861	1 280 530
Sinistros	0	0
Donativos	17 705	96 698
Outros	36 992	444 153

O valor considerado na rubrica Outros no montante de 444,153€ resulta da diferença entre o saldo da sua participada apresentado pelos registos contabilísticos e o que veio a ser homologado judicialmente para a constituição de prestações suplementares.

24 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

24.1 – A AAC/OAF detém um activo que não se encontra reflectido no balanço, no caso, a exploração do Estádio Cidade de Coimbra, cuja cedência foi efectuada a título gratuito pela CMC, a qual, na impossibilidade de valorização por falta de elementos comparativos de mercado, não permite a sua contabilização.

24.2 – Os Dirigentes prestaram à Liga Portuguesa de Futebol as garantias previstas no artº. 40º do Decreto Lei 67/97.

24.3 – A responsabilidade dos Directores foi caucionada nos termos do artº. 45º dos Estatutos.

24.4 – Existe ainda uma responsabilidade subsidiária que pode vir a ter que ser assumida pela AAC/OAF decorrente de um processo fiscal em curso contra a PROCAC, S.A., o qual, não obstante se encontrar em fase de reclamação, pode, em caso de indeferimento e após esgotados todos os recursos legais ao seu alcance, gerar uma responsabilidade de pagamento no montante de 241.236,98, acrescida dos respectivos juros.

Para garantia de processos de execução fiscal da AT e SS da responsabilidade da AAC-OAF, SDUQ, Ldª., foram constituídas hipotecas voluntárias sobre o pavilhão no montante total de 2.236.741,91€.

24.5 – Para garantia do financiamento obtido de Eduardo Ferreira Lopes, foi constituída uma hipoteca voluntária sobre o pavilhão no montante máximo de 918.000,00€.

24.6 – Perante a situação financeira difícil que a entidade atravessa decidiu a Direção apresentar um pedido de insolvência, cujo plano foi aprovado em Dezembro de 2023, mas, cuja sentença ainda não transitou em julgado face à apresentação de embargos por um credor à declaração de insolvência encontrando-se o processo a aguardar julgamento.

24.7 – À data de 30 de Junho de 2023 encontravam-se em mora dividas às Finanças e Segurança Social no montante de 33.740,64€.

25 – DISPOSIÇÕES LEGAIS – Artºs, 65, 66-A e 67 DO CSC

25.1 – Os honorários facturados pelo ROC referem-se exclusivamente a honorários de revisão de contas, sendo que para a época 2021-2022 importaram em 4.000 € e para a presente época importaram igualmente em 4.000€.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

A direção apresenta no seu relatório de gestão a proposta de que o resultado líquido negativo de 562.864.57€ "seja mantido na conta de Resultados Transitados a aguardar cobertura por lucros futuros.

28- Autorização de emissão das DF's:
As contas foram aprovadas pela direção no dia 19 de Fevereiro de 2025.

Coimbra, 19 de Fevereiro de 2025

Contabilista Certificado
Membro nº. 49438 (OCC)

António Amaral

A Direção

Leal & Associado
SROC, Lda

Sousa Leal
Maria Manuel Silva

DECLARAÇÃO

Exma. Direção da

Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol

Exm°s. Senhores,

Por nos ter sido solicitado, declaramos que, por referência aos valores apresentados na n/ reserva n.° 1 às contas da época 2022/2023, que transcrevemos:

"*Por não terem sido obtidos os respetivos documentos de suporte, não se encontram refletidos na contabilidade movimentos de entrada em bancos no montante de 36 milhares de euros e de saída no montante de 190 milhares de euros*"

nos foi facultada documentação que, à presente data, nos permitiu concluir sobre a origem de entradas em bancos no montante de 6 milhares de euros e de saídas no montante de 88 milhares de euros.

Cumpre-nos igualmente referir que, por lapso de escrita, os montantes de 70 e 30 milhares de euros, respetivamente de entradas e saídas, apresentados por referência à época 2021/2022, se encontravam trocados, respeitando, na realidade, 30 milhares de euros referentes a entradas e 70 milhares de euros a saídas.

Sem outro assunto,

Com os n/ melhores cumprimentos,

Leal & Associado
SROC, Lda

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol**, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2023 (que evidencia um total de 2.412.463 euros e um total de capital próprio negativo de 2.170.496 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 562.865 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nos números 3 a 6 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol**, em 30 de junho de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Por não terem sido obtidos os respetivos documentos de suporte, não se encontram refletidos na contabilidade movimentos de entrada em bancos no montante de 36 milhares de euros e de saída no montante de 190 milhares de euros e valores em contas a regularizar a débito de 112 milhares de euros e a crédito de 37 milhares de euros. Pelo mesmo motivo, desconhecem-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
2. As nossas conclusões de auditoria decorrentes dos procedimentos de confirmações externas apresentaram-se limitadas pelo facto de não terem sido obtidas diversas respostas. Os procedimentos alternativos efetuados não se mostraram integralmente conclusivos. Decorre do referido a impossibilidade de

nos pronunciarmos sobre os ajustamentos que se poderiam mostrar necessários em saldos no montante de 269,5 milhares de euros, 22,8 milhares de euros, 198,0 milhares de euros e 128,9 milhares de euros incluídos nas rubricas clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar, respetivamente.

3. A sociedade apresenta no ativo valores na rubrica de clientes no montante de 183 milhares de euros e em outras contas a receber no montante de 120 milhares de euros que, pela sua antiguidade, revelam indícios de imparidade, a qual não foi reconhecida.
4. A rubrica outras dívidas a pagar inclui um montante credor de 178,5 milhares de euros que se confirmou não ser exigível desde data anterior ao corrente exercício, encontrando-se o passivo sobrevalorizado e o capital próprio subvalorizado no referido montante.
5. Na rubrica de outros investimentos financeiros não está reconhecida a imparidade de 131,8 milhares de euros, pelo que o ativo se encontra sobrevalorizado nessa quantia.
6. Identificámos responsabilidades relativas a contenciosos, no montante de 56,3 milhares de euros, com probabilidade de originarem obrigações de liquidação para a entidade, para os quais não foi reconhecida a respetiva provisão.

Em consequência dos parágrafos 3 a 6 anteriores, decorre que o ativo apresentado no balanço se encontra sobrevalorizado em 434,9 milhares de euros, o capital próprio em 312,7 milhares de euros e o resultado líquido em 216,4 milhares de euros e o passivo sobrevalorizado em 122,2 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião expressa na secção "Opinião com reservas" acima, chamamos a atenção para os pontos 1 e 6 do Relatório de Gestão e nota 24.6 do Anexo às demonstrações financeiras onde a Gerência refere a debilidade da situação líquida apresentada pelas demonstrações financeiras e a apresentação da entidade à insolvência, cujo plano de recuperação foi aprovado em dezembro/2023, não tendo ainda a sentença transitado em julgado, em virtude da apresentação de embargos à

declaração de insolvência por um credor, encontrando-se o processo a aguardar julgamento.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de

auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o

conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 05 de março de 2025

Leal & Associados
SROC, Lda

representada por

Sousa Leal
ROC 616

RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmos. Associados

Exma. Direção da

Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol

Exm^os. Senhores,

O presente relatório destina-se à Direção da **ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL** (a Entidade) em resultado do trabalho que realizámos no âmbito da nossa auditoria destinada à Certificação Legal das Contas dessa Entidade relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2023.

Este documento não substitui o documento oficiais de certificação legal das contas, destinando-se apenas a providenciar a VV. Ex.^s informação adicional sobre o trabalho que desenvolvemos, principais conclusões obtidas e apresentação de recomendações que possam contribuir para a melhoria da qualidade da vossa informação financeira.

Na presente data emitimos também a Certificação Legal das Contas.

I – Procedimentos de Auditoria

1. A nossa auditoria foi desenvolvida ao longo de todo exercício económico com base na leitura em Gabinete das atas dos Órgãos Sociais e tratamento analítico sistemático dos balancetes trimestrais da empresa, com o objetivo de acompanhar a evolução da sua atividade e o grau de realização dos direitos e obrigações e identificar saldos e transações que pela sua natureza e/ou montante devessem merecer atenção especial da auditoria;

2. Quando considerámos adequado, solicitámos e obtivemos da Direção e dos Serviços as informações necessárias ao esclarecimento de diversas questões suscitadas nos nossos exames e, durante o exercício, além de visitas casuísticas para

tratamento de temas específicos, realizámos duas ações de trabalho de campo de âmbito geral nas quais realizámos testes e procedimentos substantivos destinados a documentar o nosso trabalho e obter prova interna de suporte às nossas conclusões.

3. O nosso trabalho de campo incluiu:

3.1. Entrevistas com os principais responsáveis e realização de testes de conformidade para confirmação das respostas obtidas, com o objetivo de avaliar o Sistema de Controlo Interno (SCI) implementado na Entidade, o qual não se encontra formalizado em documento escrito;

3.2. Testes de conformidade ao sistema informático, para confirmação de que os diversos módulos (imobilizado, salários e comercial) registam de forma apropriada e integral as operações ocorridas e que os seus outputs são adequadamente vertidos no software central de contabilidade;

3.3. Análise da documentação de suporte às compras e confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e de eventuais ónus ou encargos incidentes sobre estes bens; Inspeção física dos bens de valor mais significativo constantes do ficheiro de ativos fixos;

3.4. Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

3.5. Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;

3.6. Análise das estimativas contabilísticas efetuadas pela Entidade, nomeadamente as referentes às depreciações do Ativo Fixo, aos encargos a pagar ao Pessoal, a Imparidades e Contingências e a outros Acréscimos e Diferimentos;

3.7. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos Impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;

4. No período de encerramento das contas, além da confirmação das responsabilidades bancárias em 100%, e da obtenção prova externa das relações e operações realizadas com um banco circularizado, que conciliámos com a reconciliação elaborada pela Entidade, procedemos à circularização da seguinte amostra dos saldos das contas monetárias a receber e a pagar, cujas respostas conciliámos com os registos contabilísticos: Seguradoras: 100%; Clientes: 92% dos saldos (cobrindo 28% dos clientes); Fornecedores: 83% dos saldos (cobrindo 18% dos fornecedores); Outra contas a receber e a pagar: 8% dos terceiros.

As respostas obtidas mostraram-se insuficientes para confirmação dos saldos selecionados. Também não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos conclusivos para a totalidade das respostas não obtidas, constituindo uma limitação de âmbito ao nosso trabalho, da qual resulta reserva incluída na nossa Certificação Legal de Contas.

5. Ainda para confirmação das conclusões obtidas na prova interna solicitámos e obtivemos,

5.1. Informação de que a situação da entidade perante a Autoridade tributária e a Segurança Social, não se encontra regularizada, dado a entidade apresentar dívidas em mora perante as duas instituições, conforme detalhado no ponto II – 6 abaixo;

5.2. Dos advogados que identificámos nas contas da Entidade, relação dos processos sob seu patrocínio que possam constituir direitos, responsabilidades ou contingências que não tivessem sido por nós identificadas, bem como honorários em dívida;

5.3. Da Direção da Entidade, a Declaração do Órgão de Gestão prevista na ISA 580.

6. Por fim, procedemos

6.1. à verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

6.2. à apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo e

6.3. à apreciação do relatório de gestão incluindo a proposta de aplicação dos resultados apresentados pela Direção, o qual satisfaz os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;

II – Conclusões e recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de relatório com reservas e com incerteza material relacionada com a continuidade, entendemos dever deixar as seguintes notas à ponderação dos responsáveis:

1. Obtivemos o contrato escrito que dá cumprimento ao art.º 25º do DL 10/2013 de 25 de janeiro e estabelece a contrapartida "da utilização das instalações do

clube desportivo pela sociedade desportiva por ele participada". Foi cumprido o princípio do acréscimo, no entanto o contrato não foi objeto de faturação. Sendo a operação sujeita a IVA o qual, na falta de faturação e de fixação da periodicidade de pagamento, se vence decorrido cada período de 12 meses a contar do início da cedência das instalações.

2. Além das imparidades reconhecidas nas contas, identificámos ativos a receber com indícios de cobrança duvidosa no montante de 303 milhares de euros (m€) para os quais não foi reconhecida a imparidade.

3. A entidade mantém contabilizada no ativo uma participação financeira valorizada por 131,8m€ que em nossa opinião está em situação de imparidade.

4. Conforme referido na nota 24.4 do Anexo existe um contencioso no valor de 241,2m€, requerido pela AT à PROCAC, que, em caso de vir a ser exigido ao OAF, será abatido à sua dívida a esta entidade.

5. Identificámos responsabilidades com obrigações presentes com probabilidade de originarem obrigações de liquidação para a entidade, no montante de 56,3m€ para os quais não foi reconhecida a respetiva provisão.

6. Dos impostos da época em análise encontram-se em falta o pagamento de contribuições para a Segurança Social no montante de 23,9m€ e de Retenções na fonte efetuadas e não entregues 9,8m€;

7. Pelas n/ cartas de recomendações foram comunicadas à Direção insuficiências de registo, arquivo e controlo interno (Declarações de IVA, bilhética, loja de merchandising e loja on-line) das quais podem advir no futuro encargos para a Entidade.

8. A entidade não comunicou às Finanças nem sujeitou a qualquer tributação, rendimentos que pagou por serviços de terceiros no montante de 29,4m€ o qual mantém no ativo nas contas a receber e no passivo sob a rubrica de acréscimos de gastos por não ter recebido os correspondentes documentos de faturação, cabendo-lhe, de acordo com a legislação atual, responsabilidade solidária no pagamento dos impostos não efetuado pelos terceiros.

9. As contas evidenciam um saldo antigo de impostos e contribuições, credor de 100 m€ de IRC.

10. Foram registados vários movimentos financeiros de entrada e de saída tendo apenas como documento suporte cópia do extrato bancário com a

identificação dos terceiros e encontram-se em circulação cheques anteriores a maio/2022 no montante de 6m€.

11. Foram identificados movimentos em bancos por contabilizar de saída no montante de 190m€ e de entrada no montante de 36m€, cuja não contabilização não é razoável dada a antiguidade do movimento; por outro lado não foram justificados saldos apresentados pela contabilidade em bancos no total de 12m€.

12. Mantem-se em contas a receber e a pagar valores "a regularizar" em contas 278 com saldos devedores de 112m€ e saldos credores de 37m€. Estando por analisar e contabilizar em conta firme, desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.

13. O saldo a receber da participada AAC-OAF SDUQ, Lda identificado no processo de insolvência da mesma, diferiu do saldo apresentado pelos registos contabilísticos em 407,8M€, valor que foi evidenciado na rubrica "Outros Rendimentos".

14. Na contabilidade mantem-se registada uma viatura que já não consta em nome da entidade por sido entregue para abate.

15. A estimativa de IRC registada é insuficiente em cerca de 3m€.

Na expectativa de que o presente relatório seja aceite como um contributo para a melhoria da v/ organização reiteramos o nosso agradecimento pela atenção e colaboração que nos tem sido dispensada.

Coimbra, 05 de março de 2025

Leal & Associados
SROC, Lda

representada por

Sousa Leal
ROC 616